

Da: Comissão de Utentes
Dos Serviços Públicos em Sines
Rua do Porto Industrial, nº 13 – 1º dtº
7520-SINES

Assembleia da Republica Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>510365</u>
Classificacao <u>5101</u> / / / /
Data <u>28/11/2014</u>

Por determinação de Sua Excelência a
Presidente da A.R. A. GAC, para

distribuição à
Comissão competente

de 1.12.2014
As 1ª, 5ª e 7ª
Comissões
1/14/2

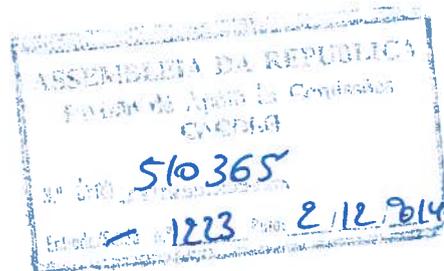
Exmª Senhora
Presidente da Assembleia da Republica
Drª Assunção Esteves
Palácio de São Bento
1249-068 – Lisboa

ASSUNTO: Abaixo-assinado contra o encerramento do Tribunal de Sines, do Serviço de Finanças e pela Construção do Centro de Saúde de Sines

Serve a presente para remeter a V. Exª o documento mencionado em epígrafe, para cujo conteúdo pedimos a vossa atenção, o qual expressa os graves problemas desta população no que respeita a Serviços Públicos fundamentais.

Com os melhores cumprimentos,

Sines, 17 de Novembro de 2014



Pela Comissão de Utentes,

Sandra Garcia

PETIÇÃO Nº 453/XII/4 ^A

PETIÇÃO

Em defesa dos serviços públicos em Sines

O direito à saúde, à justiça e aos serviços públicos de proximidade das populações, fazem parte da lei suprema deste país a Constituição da República.

Sines, é hoje a principal cidade industrial e com a maior área portuária de Portugal, no distrito de Setúbal, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Litoral, com cerca de 14 000 habitantes.

Contra o Encerramento do Tribunal

Como é do conhecimento público, o Governo decidiu encerrar o Tribunal de Sines com a imposição de um “novo mapa judiciário”.

Este encerramento, para além de implicar custos acrescidos no acesso à justiça pra os trabalhadores e para as populações na resolução dos seus problemas, significará um atraso inqualificável no funcionamento do sistema judiciário.

Pela Manutenção das Repartições de Finanças

O eventual encerramento desta Repartição de Finanças, impõe a necessidade da população deslocar-se dezenas de quilómetros para ser atendida por um serviço de Finanças, com custos acrescidos e que muitas vezes não conseguem suportar.

Pela Imediata Construção do Centro de Saúde

Relembramos que a construção do novo Centro de Saúde continua por arrancar e se assiste à degradação do existente, tanto em meios humanos como materiais.

Com esta decisão o Governo viola o princípio constitucional vedando o acesso dos cidadãos à justiça, à saúde e aos serviços públicos de proximidade, como é exemplo disso a Repartição de Finanças.

Assim, assistimos ao esvaziamento de serviços e valências do nosso concelho, que a prazo, poderá ser determinante para o desenvolvimento da cidade e região.

Por tudo isto, os peticionários, consideram essencial travar o encerramento de tão importantes serviços públicos de proximidade, bem como a melhoria das condições de saúde em Sines.

Exigem à Assembleia da República a tomada de medidas que garantam:

- O funcionamento do tribunal, aberto e ao serviço da população de Sines;
- Manutenção da Repartição de Finanças, aberta e ao serviço da população de Sines;
- A imediata construção do novo Centro de Saúde, dotado de meios humanos e materiais capazes de dar resposta às necessidades dos Utentes de Sines.

NOME COMPLETO (Legível)	B.I./CC Nº	Local	Assinatura (conforme BI/CC)